

REALIDADE FRONTEIRIÇA E DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS DE PORTUGUÊS NA EXTREMADURA

JUAN M. CARRASCO GONZÁLEZ *

A região da Extremadura Espanhola possui uma extensa fronteira com Portugal e umas relações históricas (nem sempre pacíficas) muito intensas e por vezes decisivas na configuração do dois países ibéricos. Basta pensar no caso da região de Riba-Coa e seu prolongamento no Vale do Xálina, ao Norte da Província de Cáceres, em época anterior à fundação do Reino de Portugal; o senhorio de Albuquerque, herdado a certa altura por D. Dinis, e cuja parte mais ocidental (hoje, o Concelho de Campo Maior) ficou dentro da fronteira portuguesa; as vicissitudes da reconquista de Badajoz e o Vale do Guadiana, que teve uma versão moderna, no quadro das guerras napoleónicas, com o problema de Olivença, etc.⁽¹⁾

No entanto, apesar da existência desta fronteira e apesar das relações históricas, a Extremadura espanhola e as regiões vizinhas portuguesas viveram tradicionalmente em completa ignorância mútua, ao menos a nível oficial - isto é, na construção de infra-estruturas, centros administrativos, centros de ensino, publicações subsidiadas, etc. Afinal, o sentimento dos extremenhos (como também o dos vizinhos do outro lado da fronteira) não era o de estar no meio de dois países, não era o de ser lugar de trânsito e de comunicação, mas, ao contrário, o de estar no fundo do país, o de viver na longinquidade e na marginalidade... É o sentimento de ser só campo de batalha nas disputas de Lisboa e Madrid, o que, por outro lado, não beneficia o entendimento entre as populações vizinhas.

* Docente na Universidade da Extremadura

Em consequência, a Extremadura espanhola chega aos nossos dias com uma realidade cultural e educativa muito distante de Portugal.

Porém, ao lado desta Extremadura "oficial" e majoritária, houve sempre uma outra Extremadura, muito marginalizada e quase desconhecida (não só para a população em geral, mas também para os intelectuais, os investigadores, os políticos e os ideólogos "extremenhistas") onde a presença de Portugal (no comércio, na cultura popular e na língua falada) era mesmo muito superior à presença da cultura oficial espanhola: trata-se, naturalmente, da faixa fronteiriça.

Podemos estabelecer basicamente quatro zonas na fronteira extremeña do ponto de vista dialectal ou sociolinguístico: o Vale de Xálma - ou Xalma, como prefere Clarinda de Azevedo Maia ⁽²⁾ -, ao Norte da Província de Cáceres; a região da "campiña" de Valencia de Alcántara; Albuquerque, já na província de Badajoz; e Olivença.

É evidente que a influência portuguesa na toponímia, no léxico, nos costumes, no folclore e mesmo na economia tradicional chegava a toda a fronteira, e também a regiões bastante afastadas dela ⁽³⁾, mas essa situação responde a outros momentos históricos e nunca teve a intensidade das zonas estabelecidas. A mesma situação podemos encontrar da parte portuguesa da fronteira quanto a essa influência cultural e sociolinguística que, de um modo, geral, alcançaria toda a faixa fronteiriça ⁽⁴⁾, mas já não encontraríamos em Portugal uma situação semelhante á das quatro zonas fronteiriças extremeñas que vamos expor brevemente a seguir:

Em primeiro lugar, o caso de Olivença é muito diferente dos outros e a presença de luso-falantes é muito fácil de explicar: a incorporação deste concelho a Espanha é muito recente. No entanto, a conservação da língua portuguesa apresenta os mesmos problemas que podemos ver, por exemplo, nas localidades fronteiriças de Valencia de Alcántara.

O caso do Vale de Xalma, onde se fala uma variedade galaico-portuguesa de origem medieval com muita influência leonesa, é o mais conhecido e muito estudado. ⁽⁵⁾ Neste Vale estão incluídas três localidades com câmara municipal: Valverde (ou Valverdi), San Martín de Trevejo (ou de Trevelhu) e Eljas (ou As Elhas). Curiosamente, estes falares que trouxeram colonos galegos após a reconquista há 700 anos são os melhor conservados e não parece que exista perigo de extinção no futuro próximo.

Finalmente, os casos das localidades fronteiriças de Valencia de Alcántara e Albuquerque, embora de origem diferente, apresentam na actualidade uma situação sociolinguística idêntica. ⁽⁶⁾ No caso do senhorio de Albuquerque, as relações medievais com Portugal conservaram alguns vestígios modernos nas chamadas contendas ou "reyertas", isto é, terras compartilhadas por localidades vizinhas dos dois lados da fronteira (Arronches e Ouguela da parte portuguesa, e La Codosera da parte espanhola). ⁽⁷⁾ Esta situação manteve-se até ao Convénio de 1864 entre Espanha e Portugal para estabelecer os limites da raia fronteiriça. Na actualidade existem nesta zona pequenas aldeias e casaríos (Bacoco, El Marco, La Tojera, La Rabaza - ou Casas de la Frontera-, etc.) onde ainda se fala português e cuja origem é bastante moderna.

Na "campiña" de Valencia de Alcántara temos, em primeiro lugar, os casos de Herrera (ou Ferreira) e Cedillo, ambos estudados por Maria da Conceição Vilhena. ⁽⁸⁾ Em Herrera conserva-se uma língua portuguesa com traços arcaicos, anteriores às guerras da Restauração, e de origem medieval. Na actualidade esta linguagem está quase extinta.

Cedillo é um caso típico dos falares fronteiriços extremos desta região (onde incluímos outras aldeias como Jola ou Xola, Casiñas, Fontañera ou Fontanheira e El Pino). Trata-se de uma localidade que aparece em época muito recente (provavelmente no século XVIII), cujos habitantes procediam de Portugal (fugidos da justiça, contrabandistas, jovens que casavam com mulheres espanholas, etc.). O isolamento desta zona, a falta de povoamento humano e a proximidade de muitas vilas e aldeias portuguesas permitiram esta espécie de emigração mais ou menos recente.

Na actualidade, a campiña de Valencia de Alcántara, a fronteira de Albuquerque e Olivença estão a ver como desaparece a sua cultura tradicional e a língua portuguesa. O primeiro dos motivos tem muito a ver com a educação, dado que a criação de escolas nestas localidades para o ensino obrigatório, favoreceu a preeminência da língua oficial espanhola sobre os falares fronteiriços, bem como a preocupação das famílias pela aprendizagem inicial do castelhano para a melhor formação académica das crianças e para facilitar o acesso a um trabalho na administração, fora da localidade ou melhor remunerado. No caso de Olivença, as mães acabaram por falar apenas em espanhol com os filhos, os quais só mais tarde aprendiam o português popular da rua. Na actualidade, só as pessoas maiores de 50 anos são de língua materna portuguesa, e os jovens menores de 30 ou 35 anos já não sabem falar português.

O segundo dos motivos para o desaparecimento da língua portuguesa é a emigração. A partir dos anos de 60 a zona fronteiriça (como, aliás, toda a Extremadura) começa a experimentar uma forte emigração para as zonas industriais de Espanha (especialmente Madrid e Barcelona) ou para o estrangeiro (França e Alemanha). Os jovens emigrados acabam por casar na sua nova residência e os seus filhos já não aprendem a falar em português. Esta situação é verdadeiramente dramática: se em 1965 havia 1,179 habitantes em Cedillo, em 1994 havia 600; se em 1965 havia 1,337 habitantes em Herrera, hoje apenas há 374. ⁽⁹⁾ Nalgumas aldeias como Jola só permanecem os velhos e algumas jovens raparigas à espera de casamento...

O último dos motivos tem muito a ver com a entrada de Portugal e Espanha na União Europeia. É evidente que todas estas localidades nasceram e sobreviveram com as relações comerciais fronteiriças. De facto, também as relações familiares eram fundamentalmente realizadas com os habitantes das aldeias vizinhas portuguesas... É evidente que, quando falamos de relações comerciais, estamos a falar de contrabando. Curiosamente, com o desaparecimento da incomunicabilidade fronteiriça, como o desaparecimento dessa fronteira física que manteve a região extremeña afastada da cultura portuguesa, também desaparecem a cultura e a língua portuguesas da fronteira extremeña... ⁽¹⁰⁾

É verdade que, ao mesmo tempo, a Extremadura espanhola começa a interessar-se por Portugal, e, de facto, podemos dizer que na actualidade não há outra região espanhola onde se viva mais e se conheça melhor a cultura lusitana. A aparição de revistas bilingues como Espacio/Espaço Escrito ou Encuentros/Encontros de Ajuda, a organização de associações luso-extremenhas de todo o tipo, os convénios institucionais, os programas de promoção turística e de desenvolvimento fronteiriço e também a iniciação dos estudos de língua portuguesa a vários níveis educativos são uma prova deste interesse.

Mas também é verdade que os estudos de Português na Extremadura espanhola ainda estão muito longe de alcançar o desenvolvimento desejável, especialmente no ensino primário e secundário. Para além da Universidade (onde se pode estudar português na Faculdade de Letras e na Escola Superior de Educação de Cáceres), existem estudos desta língua na Escola Oficial de Línguas de Badajoz, no liceu de Valencia de Alcántara, no liceu "Reino Aftasí" de Badajoz e nos cursos não oficiais organizados por várias câmaras municipais (Badajoz e Olivença). A possibilidade de estudar português na escola de Olivença desapareceu no ano 1992 por falta de professores com conhecimentos desta língua. De

facto, só na Universidade, na Escola Oficial de Línguas de Badajoz e no liceu de Valencia de Alcántara existem vagas específicas para professores de português...

A meu ver, existem dois problemas que exigem uma solução. Em primeiro lugar, a criação de vagas de professores de português no ensino primário e secundário nas zonas fronteiriças de cultura tradicional portuguesa, nomeadamente em Olivença e Cedillò. Neste caso, os alunos deveriam estudar português como primeira ou segunda língua estrangeira obrigatória.

Em segundo lugar, deveria generalizar-se a normativa europeia de oferecer obrigatoriamente duas línguas estrangeiras em todos os centros educativos da região. Na actualidade é possível oferecer duas línguas, mas o Ministério da Educação espanhol não cria vagas de professores especialistas, de maneira que só os professores que estão a leccionar outra matéria, se têm a formação adequada, podem oferecer aos alunos a possibilidade de estudar outra língua. Repare-se que, em todos os casos, quando só existe a possibilidade de estudar uma língua estrangeira, esta é o Inglês.

No quadro desta situação descrita, levanta-se a questão, finalmente, da influência que pudesse ter (ou não) a introdução dos estudos de língua portuguesa nos centros educativos para o desenvolvimento da região. No caso do ensino obrigatório, da educação básica da população, a meu ver nem sempre existe uma relação directa entre sistema educativo e desenvolvimento económico. De facto, neste caso, o sistema educativo deve existir em função do desenvolvimento da personalidade dos indivíduos e para a sua formação social e cultural.

No caso da formação técnica e profissional, nos níveis de ensino médio e superior, o sistema educativo deverá adequar-se à situação sócio-económica da região e preparar as pessoas para a sua integração no meio laboral e para responder às exigências futuras do desenvolvimento regional. Mas repare-se que os centros educativos não são o local apropriado onde devam surgir empresas ou todo o tipo de empreendimentos económicos. De facto, poderíamos criar uma situação onde mudássemos a qualificação profissional... dos desempregados, os quais não teriam a oportunidade de encontrar trabalho numa região igualmente desenvolvida.

Apesar destas reflexões, pensamos que a introdução dos estudos de língua portuguesa no sistema educativo extremenho não é só uma opção aceitável, mas uma necessidade.

Em primeiro lugar, parece lógico pensar que nas zonas fronteiriças descritas de fala e cultura portuguesas, a língua estrangeira a estudar - que é matéria obrigatória no sistema educativo - fosse o Português.

Em segundo lugar, o interesse da população por Portugal, que não é só de tipo cultural, mas também económico, parece aconselhar a introdução do Português no sistema educativo (o qual já oferece a possibilidade de estudar Inglês e Francês nas escolas e liceus, e também Alemão e Italiano em quase todas as Escuelas Oficiales de Idiomas). Em grande medida, o desenvolvimento da região tem muito a ver com as suas relações com Portugal, e muito especialmente os grandes centros comerciais (Badajoz, Cáceres...) e toda a faixa fronteiriça. Não devemos esquecer que Portugal é o primeiro investidor estrangeiro na região⁽¹¹⁾, e que a sua presença nas principais actividades económicas na Extremadura não deixa de crescer - na agricultura, na indústria corticeira, nas feiras agrícolas e industriais, no turismo, nas infra-estruturas transfronteiriças, etc. Nos estatutos da Autonomia da Extremadura e da Universidade aparecem recolhidas as relações com Portugal como um dos principais objectivos.

Na actualidade, onde estamos a sofrer o desaparecimento da cultura portuguesa nas zonas fronteiriças a nível popular, está a acrescentar-se o interesse generalizado em toda a região por Portugal, pela sua cultura e pelas relações económicas. É o momento, sem dúvida, de alargar o ensino do Português na Extremadura para além dos últimos vestígios bilingues raianos.

A normativa europeia de introduzir no sistema educativo duas línguas estrangeiras evita um confronto com o interesse na generalização do Inglês. É por isso que preferimos não discutir sobre a verdadeira utilidade prática desta língua - que nem sempre supera o Português - em todas as actividades económicas da Extremadura. Como nos dizia uma nossa informante de Jola, «a Inglaterra fica muito longe e nós aqui só precisamos de Espanhol e Português»... Aliás, esta suposta utilidade do Inglês não explica porque o Alemão, o Francês e o Italiano estão em melhor situação do que o Português.

Desta maneira, podemos concluir que o estudo do Português no sistema educativo da Extremadura responde também a uma adequação do ensino às novas exigências do desenvolvimento regional, não obstante as dificuldades que existem para relacionar de forma directa educação e desenvolvimento. É, pois, uma necessidade e um objectivo para todas as pessoas que, nas instituições políticas ou nos centros de ensino, podem decidir a este respeito.

NOTAS

(1) Uma breve visão da importância das relações históricas com Portugal na criação da Extremadura como realidade sociopolítica pode ver-se em Bonifacio Martín Palacios, «Origen de la conciencia regional extremeña: el nombre y el concepto de Extremadura», Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacerenses (Cáceres), Tercera Época, nº 13-14, enero-agosto 1988, pp. 9-22; v. também Felipe Lorenzana de la Puente, «Extremadura, siglos XVII-XVIII. La frontera como condicionante político», Revista de Extremadura, Segunda Época, nº 7, enero-abril 1992, pp. 49-70.

(2) Cfr. Clarinda de Azevedo Maia, Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla, Suplemento IV da Revista Portuguesa de Filologia, Coimbra, 1977.

(3) Cfr., por exemplo, a extensão da palavra "herrete" (do português ferrete) em Manuel Ariza Viguera, «Áreas lingüísticas» in Manuel Ariza, Antonio Viudas e Antonio Salvador, El habla en Extremadura, Editora Regional de Extremadura, s/l, 1987, pp. 61-66.

(4) Cfr. Maria de Fátima Rezende Matias, Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença), Separata dos vols. XVIII e XIX da Revista Portuguesa de Filologia, Coimbra, 1984.

(5) V. especialmente Clarinda de Azevedo Maia, op. cit., e Luís F. Lindley Cintra, A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo, seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII, Lisboa, 1959.

(6) Os falares desta região são mal conhecidos, tanto do ponto de vista dialectal como sociolinguístico. Os dados que fornecemos nestas páginas pertencem a uma investigação ainda em curso, cujos primeiros resultados foram apresentados no Congresso Internacional sobre o Português (Universidade de Lisboa, 11 a 15 de Abril de 1994) com a comunicação «A língua portuguesa na Extremadura Espanhola: o caso de Valencia de Alcántara».

(7) Cfr. Pascual Madoz, Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar, Madrid, 1845-50; cito segundo a edição parcelar Diccionario Histórico-Geográfico de Extremadura, Cáceres, 1953-55, t. I, s.v.

"Albuquerque", p. 50. Ainda no concelho de Campo Maior existe uma localidade chamada Contenda.

(8) Falares de Herrera e Cedillo, Dissertação de licenciatura em Filologia Românica, Lisboa, 1965 (texto policopiado).

(9) Os dados relativos a 1965 foram tomados de Maria da Conceição Vilhena, op. cit. Os dados relativos a 1994 foram fornecidos pelos Ayuntamientos das duas localidades.

(10) Recentemente apareceu um extraordinário trabalho de tipo antropológico sobre a zona fronteiriça de La Codosera onde se pode comprovar o tipo de relações entre as localidades raianas. Trata-se do livro de Luís M. Uriarte, *La Codosera. Cultura de Fronteras y Fronteras Culturales en la Raya Luso-Extremeña*, Asamblea de Extremadura, Mérida, 1994.

(11) Cfr. o relatório da Caixa Geral de Depósitos - Relações Internacionais, «Relações Portugal/Espanha», *Revista de Extremadura*, Segunda Época, nº 7, enero-abril 1992, pp. 113-115.

